

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

DANIEL JANUÁRIO MOREIRA

**O CENÁRIO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO
SUPERIOR BRASILEIRO**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2024

DANIEL JANUÁRIO MOREIRA

**O CENÁRIO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO**

Trabalho apresentado à coordenação de Pós-Graduação do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio como requisito para obtenção do título de especialista em Docência do Ensino Superior.

Orientador(a): Prof^ª. Me. Amanda Macêdo Rocha

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2024

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Evolução dos Cursos Presenciais de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) de 1991 a 2004	17
Figura 2- Distribuição de matrículas em cursos de Educação Física do Brasil.	18
Figura 3- Percentual do número de instituições de educação superior, por categoria	19

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Evolução da oferta de cursos de graduação e matrículas em Educação Física (licenciatura e bacharelado) de 1991 a 2015.	17
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2. OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	11
2.1 Parte regulamentária	11
2.2 O estágio no ensino superior de educação física e a prática como componente curricular	15
2.3 A realidade dos cursos de ensino superior em educação física no brasil 	16
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23

RESUMO

Com o passar dos anos, o Ensino Superior passou por muitas mudanças, incluindo o surgimento de novos cursos e modalidades de ensino, como educação à distância (EaD). Nos cursos de Educação Física, essa realidade não foi diferente, o que motiva esta pesquisa bibliográfica para investigar o cenário atual desses cursos. O objetivo desta pesquisa é analisar o cenário dos cursos de Educação Física no nível superior no Brasil, com destaque para a relevância da prática pedagógica, incluindo o estágio supervisionado, e na parte regimentária desses cursos. Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica e abordagem qualitativa. Foi utilizado como fontes as bases de dados do Google Acadêmico e SciELO Brasil para investigar o tema em questão. Após a análise, constatou-se que os cursos de Educação Física no Ensino Superior continuam em evolução, estando em 7º lugar no índice de maiores cursos no Ensino Superior Brasileiro, de acordo com o Censo da Educação de 2022. Portanto, conclui-se que o cenário dos cursos de Ensino Superior em Educação Física está em constante progresso em termos de regulamentação, com um número significativo de matrículas e oferta, tanto em universidades públicas quanto privadas.

Palavras-Chave: Tendências pedagógicas; Desafios educacionais; Legislação educacional; Formação profissional; Perspectivas futuras

ABSTRACT

Over the years, Higher Education has undergone many changes, including the emergence of new courses and teaching modalities such as distance education (EaD). In the field of Physical Education, this reality has been no different, prompting this literature review to investigate the current scenario of these courses. The aim of this research is to analyze the landscape of Physical Education courses at the higher education level in Brazil, with a focus on the importance of pedagogical practice, including supervised internship, and the regulatory aspects of these courses. This study is a bibliographic research of basic nature and qualitative approach. Sources such as Google Scholar and SciELO Brazil were used to investigate the topic. Upon analysis, it was found that Physical Education courses in Higher Education continue to evolve, ranking 7th in the list of largest courses in Brazilian Higher Education according to the 2022 Education Census. Therefore, it can be concluded that the landscape of Higher Education courses in Physical Education is constantly progressing in terms of regulation, with a significant number of enrollments and offerings, both in public and private universities.

Keywords: Pedagogical trends; Educational challenges; Educational legislation; Professional training; Future perspectives

1 INTRODUÇÃO

O curso de Educação Física no ensino superior brasileiro é voltado para formar profissionais habilitados a atuar em áreas como promoção da saúde, treinamento esportivo, educação física escolar, lazer e recreação, entre outras. Ele é oferecido tanto na modalidade de bacharelado quanto de licenciatura, permitindo aos alunos optarem por uma formação mais voltada para o mercado de trabalho ou para atuação em escolas. Com o passar dos anos, novas leis e regulamentos têm sido identificados, alterando as especificações dos cursos. Compreender esse contexto é importante para conhecer a evolução e as realidades dos cursos. O objetivo desta pesquisa é analisar como encontra-se o cenário do curso de Educação Física no nível superior no Brasil, analisando sua realidade atual e suas atuações. Como objetivos específicos incluem a) Analisar a importância da prática pedagógica no ensino de educação física com ênfase na importância do estágio supervisionado, e b) Estudar a parte regulamentária dos cursos de Educação Física no ensino superior.

Esta pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico, de natureza básica e abordagem qualitativa, utilizando as bases de dados do Google Acadêmico e do SciELO Brasil para buscar informações relevantes sobre o tema em questão.

Após a conclusão do curso, os graduados em Educação Física podem atuar em diversos campos, como escolas, academias, clubes esportivos, empresas (com programas de qualidade de vida no trabalho), hospitais (com programas de reabilitação), entre outros, contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar da população. Essa pesquisa justifica-se pela importância de identificar o contexto atual de atuação do profissional de educação física, visualizando seu cenário de formação e identificando a atual situação dos cursos de graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), bem como das formações técnicas.

O primeiro capítulo aborda o estudo da parte regulamentária do Ensino Superior de Educação Física no Brasil. O segundo capítulo versa sobre o estágio no ensino superior de Educação Física e a prática como componente curricular. O terceiro capítulo aborda sobre a evolução do ensino superior em Educação Física no Brasil, oferecendo um contexto histórico sobre as matrículas e ofertas de vagas.

2. OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

2.1 Parte regulamentária

De acordo com a resolução de nº 6, de 18 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Educação Física. O artigo 3º define o que é a Educação Física, a qual é definida como uma área de conhecimento,

que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer. (BRASIL, 2018).

A carga horária dos cursos, segundo a resolução, é de 3200 horas para realização das atividades acadêmicas. Algumas características comuns do curso de Educação Física no Brasil incluem: Formação teórica e prática, o curso geralmente combina disciplinas teóricas, como anatomia, fisiologia, psicologia do esporte, pedagogia e didática, com atividades práticas, como jogos, esportes, danças e atividades recreativas (BRASIL, 2018).

Destaca-se o artigo 4º, segundo o qual “O curso de graduação em Educação Física deverá articular a formação inicial e continuada, tendo como premissa **a autonomia do(a) graduando(a)** para o contínuo aperfeiçoamento, mediante diversas formas de aprendizado (BRASIL, 2018, grifo meu).

Nesse aspecto, considera-se que o graduando pode selecionar as principais possibilidades de atuação para conduzir os estudos a partir do que considera viável. Existe em sua formação, uma etapa comum que possui 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comum tanto para formação em bacharelado quanto em licenciatura. Existe uma etapa específica em que o estudante realiza a escolha da formação que pretende seguir. As Instituições são responsáveis por formular e realizar esse processo de acordo com suas próprias organizações (BRASIL, 2018).

Essa etapa é fundamental para a formação profissional, pois determinará as especificidades que devem ser tratadas ao longo do curso até a obtenção do diploma.

Para a formação específica em Licenciatura, tem-se:

Art. 9º A etapa específica para a formação em licenciatura, em Educação Física, deverá considerar os seguintes aspectos: I - Relevância na consolidação de normas para formação de profissionais do magistério para educação básica como fator indispensável para um projeto de educação nacional; II - Reconhecimento da abrangência, diversidade e complexidade da educação brasileira nos diferentes níveis, modalidades e contextos socioculturais em que estão inscritas as práticas escolares; III - Valorização de princípios para a melhoria e democratização do ensino como a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a gestão democrática do ensino público; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros. IV - Necessidade de articulação entre as presentes Diretrizes e o conjunto de normas e legislação relacionadas à educação básica e organizadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação. VI - Mobilização efetiva de princípios que norteiam a formação inicial e continuada nacionais comuns, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; e f) avaliação e regulação dos cursos de formação. intencional VII - Ampliação do conceito de docência como ação educativa e como processo pedagógico e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo. **VIII - A formação inicial e continuada de professoras e professores de Educação Física deverá qualificar esses profissionais para que sejam capazes de contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito do Ensino Básico (BRASIL, 2018, grifo meu).**

O bacharel em Educação Física deverá possuir uma ação técnica, crítica, reflexiva e ética, conforme afirmado na resolução, atuando em três principais campos:

I - saúde: políticas e programas de saúde; atenção básica, secundária e terciária em saúde, saúde coletiva, Sistema Único de Saúde, dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica da saúde; integração ensino, serviço e comunidade; gestão em saúde; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na saúde; **II - esporte:** políticas e programas de esporte; treinamento esportivo; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica do esporte; gestão do esporte; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de esporte; e **III - cultura e lazer:** políticas e programas de cultura e de lazer; gestão de cultura e de lazer; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica do lazer; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na cultura e no lazer. (BRASIL, 2018,

p. 51-52).

Essas ações estão formalmente reguladas por legislações específicas, sendo a mais recente a Lei nº 14.386, de 27 de junho de 2022, que altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998., a qual dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs). A regulamentação das ações relacionadas aos cursos de Educação Física no Brasil é fundamental para garantir a eficácia e a qualidade do ensino nessa área.

No artigo 4º, determina-se que sejam criados o CONFEF e os CREFs, “dotados de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial” (BRASIL, 2022). Em suma, O CONFEF, com abrangência em todo o território nacional, possui competências que incluem desde a organização de eleições até a supervisão da fiscalização do exercício profissional de Educação Física. Entre suas atribuições, destacam-se a edição de normas para interpretação da legislação, a supervisão dos CREFs, a aprovação de regimentos internos e a gestão de recursos orçamentários.

As competências do CONFEF incluem:

I - organizar e promover a eleição do seu Presidente e do Vice-Presidente; II - editar os atos necessários à interpretação e à execução do disposto nesta Lei e à fiscalização do exercício profissional, limitada esta, quanto às pessoas jurídicas, à regularidade do registro e à atuação dos Profissionais de Educação Física que nelas prestem serviços; III - adotar as medidas necessárias à consecução de seus objetivos institucionais; IV - supervisionar a fiscalização do exercício profissional no território nacional; V - em relação aos Crefs: a) organizar, orientar e inspecionar a sua estrutura; b) propor a sua implantação; c) estabelecer a sua jurisdição; d) examinar a sua prestação de contas; e e) intervir em sua atuação, quando indispensável ao restabelecimento da normalidade administrativa ou financeira ou à garantia da efetividade ou do princípio da hierarquia institucional; VI - elaborar e aprovar o seu regimento interno; VII - examinar e aprovar os regimentos internos dos Crefs, além de promover as modificações necessárias para assegurar a unidade de orientação e a uniformidade de atuação; VIII - dirimir dúvidas suscitadas pelos Crefs e prestar-lhes apoio técnico permanente; IX - apreciar e julgar os recursos de penalidades aplicadas pelos Crefs aos profissionais e às pessoas jurídicas; X - estabelecer, por meio de resolução, os valores relativos ao pagamento das anuidades, das taxas e das multas devidos pelos profissionais e pelas pessoas jurídicas ao Cref a que estejam jurisdicionados, observadas as disposições da Lei nº 12.197, de 14 de janeiro de 2010; XI - aprovar a sua proposta orçamentária e autorizar a abertura de créditos adicionais e a realização de operações referentes a mutações patrimoniais; XII - dispor sobre o código de ética profissional e exercer a

função de conselho superior de ética profissional; XIII - instituir o modelo das carteiras e dos cartões de identidade profissional; XIV - publicar anualmente: a) o orçamento e os créditos adicionais; b) os balanços; c) o relatório de execução orçamentária; e d) o relatório de suas atividades; XV - aprovar anualmente as suas contas e a sua proposta orçamentária e remetê-las aos órgãos competentes;

A importância dessas regulamentações se reflete na capacidade de garantir a melhoria contínua das condições e estruturas do Ensino Superior em Educação Física no país, assegurando padrões elevados de formação profissional e a adequação às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Em relação aos avanços do curso de Educação Física no nível superior, tem-se a criação dos Conselhos de Educação Física. A Lei 14.386 é originada do Projeto de Lei 2.486/2021, iniciativa do Executivo para resolver disputas judiciais sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, originalmente estabelecidos pelo Congresso por meio da Lei 9.696, embora esta responsabilidade fosse do Governo Federal. Na nova legislação, foi estabelecido que os Conselhos Regionais terão a responsabilidade de registrar os profissionais de Educação Física, emitir suas Cédulas de Identidade Profissional, arrecadar taxas e anuidades, julgar infrações e aplicar penalidades, além de fiscalizar o exercício profissional em sua totalidade. Por outro lado, o CONFEF terá como atribuição supervisionar essa fiscalização em todo o território nacional, entre outras responsabilidades de coordenação e orientação.

Além dos possuidores de diploma em curso de Educação Física, poderão atuar na área os formados em cursos superiores de tecnologia conexos à Educação Física (como os cursos de tecnólogo em Educação Física ou de tecnólogo em gestão desportiva em lazer) e os que tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos profissionais de Educação Física até a data de início da vigência desta Lei (BRASIL, 2022).

Após uma longa trajetória, a Lei 14.386 de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de junho, marcando um marco significativo na regulamentação da Profissão de Educação Física. Essa lei permitiu uma maior abrangência dos cursos, abrindo as possibilidades para tecnólogos em Educação Física e tecnólogo em Gestão Desportiva em Lazer.

2.2 O estágio no ensino superior de educação física e a prática como componente curricular

O estudo conduzido por Bisconsini e Oliveira (2018), revelou que os discentes investigados não reconhecem a prática como componente curricular em seus cursos. Essa constatação destaca a necessidade de discutir sobre a inserção de atividades práticas desde o início da graduação, bem como estabelecer conexões com escolas e outros ambientes de práticas curriculares (BISCONSINI; OLIVEIRA, 2018).

O Parecer CNE/CP 9/2001 enfatiza que as práticas curriculares são fundamentais para integrar reflexões sobre intervenção profissional. Por outro lado, o Parecer CNE/CP 28/2001 diferencia prática e estágio como componentes distintos do currículo, utilizando explicitamente o termo "Prática como Componente Curricular". Ter a prática como componente curricular é fator importante para promover os saberes docentes e formação da identidade profissional.

Os alunos são frequentemente incentivados a realizar estágios em diferentes contextos, como escolas, clubes esportivos, academias e projetos sociais, visando adquirir experiência prática e uma compreensão mais profunda das demandas da profissão. Barreiro e Geban (2006) argumentam que os estágios não devem ser apenas uma formalidade burocrática, mas sim oportunidades para fomentar a pesquisa científica e o aprimoramento profissional.

De modo geral, os estágios têm se constituído de forma burocrática, com preenchimento de fichas e valorização de atividades que envolvem observação participação e regência, desprovidas de uma meta investigativa. Dessa forma, por um lado se reforça a perspectiva do ensino como imitação de modelos, sem privilegiar a análise crítica do contexto escolar, da formação de professores, dos processos constitutivos da aula e, por outro, reforçam-se práticas institucionais não reflexivas, presentes na educação básica, que concebem o estágio como o momento da prática e de aprendizagens de técnicas do bem-fazer (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 26-27).

Além de preparar para a vida profissional, o estágio também auxilia o estudante a escolher sua área de atuação futura, visualizar suas dificuldades e enxergar suas potencialidades, podendo também servir como orientação para uma posterior especialização.

O estágio supervisionado representa uma etapa crucial no currículo dos de graduandos, conforme estabelecido pela Lei nº 11.788/2008. Esta legislação define o estágio como um ato educativo realizado em ambiente de trabalho, visando à preparação para a prática profissional, sem configurar vínculo empregatício, e constituindo requisito obrigatório para a obtenção do diploma. As instituições de ensino desempenham papel fundamental como agentes de integração, colaborando na organização e acompanhamento administrativo dos estágios, além de cadastrar os estudantes conforme previsto no § 1º do art. 5º da referida lei. Além de ser uma exigência acadêmica, o estágio também se revela uma valiosa oportunidade para aprofundar conhecimentos, ampliar a rede de contatos e traçar os primeiros passos rumo à carreira profissional futura.

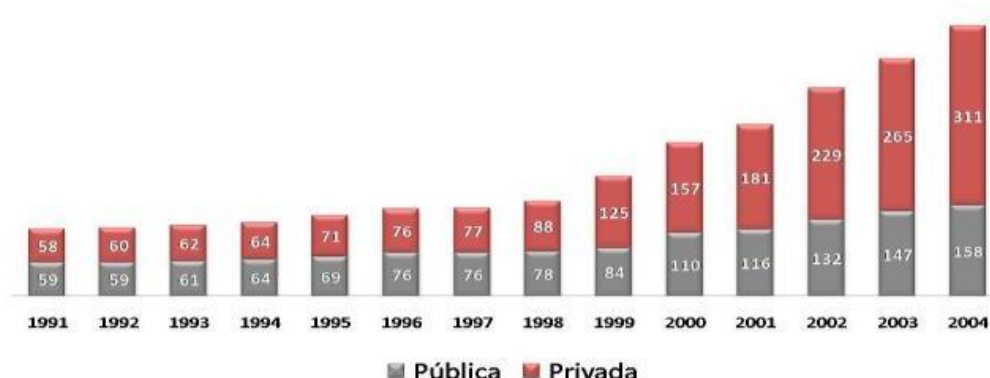
2.3 A realidade dos cursos de ensino superior em educação física no brasil

No estudo de Santos e Simões (2008), é evidenciado um aumento significativo de 400% nos cursos de ensino superior em Educação Física entre 1991 e 2004, especialmente na participação do setor privado.

No estudo de Broch et al. (2020), utilizando dados das Sinopses Estatísticas do Censo de Ensino Superior, entre 1991 e 2015, identificou um aumento expressivo de 874% na expansão dos cursos, principalmente impulsionado pelo o setor privado, que foi responsável por mais de 1.381% dessa expansão.

É relevante mencionar que em 2006, o INEP publicou a coletânea intitulada "A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004". Este trabalho compilou dados específicos sobre Educação Física durante esse período, com foco no número de cursos e matrículas em instituições de ensino superior públicas e privadas, conforme ilustrado na Figura 1 do estudo. Este documento se revela fundamental para compreender a evolução e o panorama dos cursos de graduação em Educação Física ao longo das décadas analisadas.

Figura 1- Evolução dos Cursos Presenciais de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) de 1991 a 2004



Fonte: BROCH et al., 2020.

O gráfico apresentado pelos pesquisadores evidencia a crescente disparidade entre os cursos de EF no ensino superior no âmbito público e privado, especialmente após 1998, destacando a relação entre a oferta e a demanda de cursos de graduação em educação física (licenciatura e bacharelado) (Tabela 1).

Tabela 1- Evolução da oferta de cursos de graduação e matrículas em Educação Física (licenciatura e bacharelado) de 1991 a 2015.

Ano	Cursos			Matrículas		
	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total
1991	59	58	117	15.945	18.758	34.703
1997	76	77	153	19.997	25.247	45.244
2001	116	181	297	23.997	55.952	79.949
2005	159	372	531	32.632	126.852	159.484
2009	220	605	825	38.380	125.148	163.528
2015	281	859	1.140	48.758	180.054	228.812

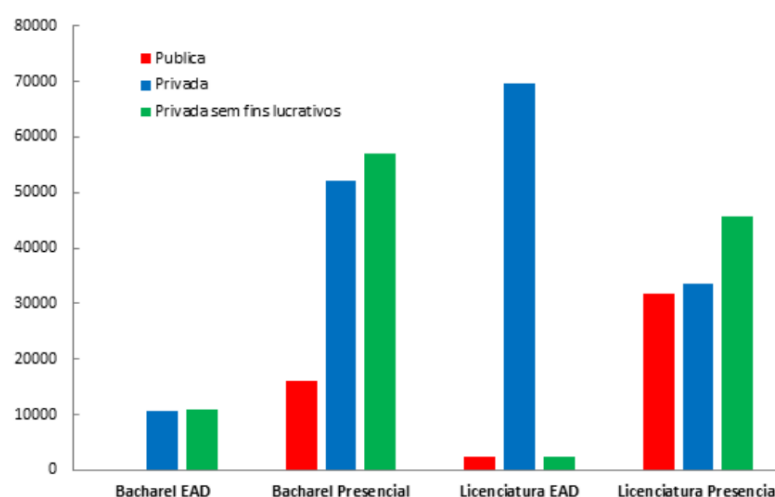
Fonte: BROCH et al, 2020.

Esse avanço deu-se por diversos fatores, que foram alicerçados pelas mudanças na legislação brasileira, principalmente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), que deu mais autonomia às instituições do setor privado, permitindo abrir cursos de acordo com as demandas do mercado.

Souza e Melgarejo (2019), ao analisarem os microdados do Censo da Educação Superior 2017, detalharam o crescimento das matrículas em cursos de Educação Física conforme modalidade acadêmica, grau acadêmico e categoria

administrativa. A pesquisa destacou uma significativa privatização do Ensino Superior nessa área, como evidenciado na Gráfico 3. Instituições de Ensino Superior (IES) privadas dominam a oferta de formação em Educação Física, representando 65.842 (49,8%) das matrículas combinadas de licenciatura e bacharelado. A figura 2 também ilustra o aumento da oferta de cursos à distância tanto por instituições públicas quanto privadas, sem fins lucrativos. Essa modalidade educacional acumula 95.969 matrículas, sendo 74.498 em cursos de licenciatura e 21.471 em cursos de bacharelado.

Figura 2- Distribuição de matrículas em cursos de Educação Física do Brasil.

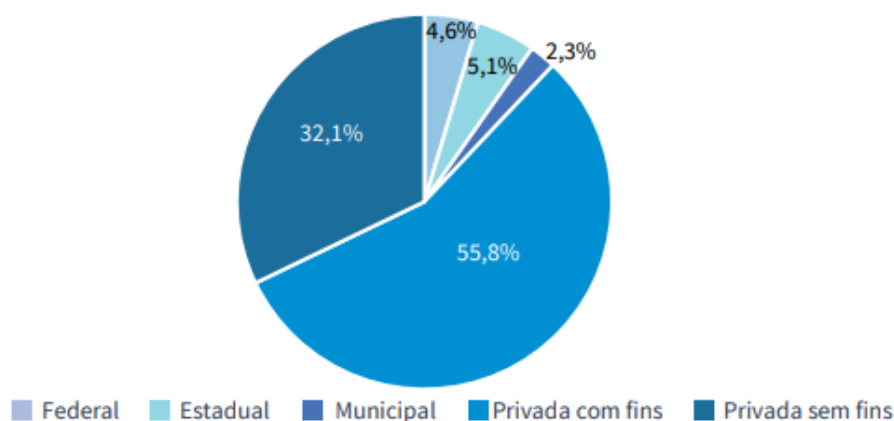


Fonte: Souza e Melgarejo (2019).

Segunda Freitas et al. (2019) a expansão das matrículas em cursos de licenciatura em Educação Física na modalidade a distância pode ser atribuída a duas hipóteses distintas. Primeiramente, existe a percepção equivocada de que o curso de bacharelado demanda investimentos significativos em infraestrutura, como laboratórios, equipamentos e materiais, enquanto a licenciatura pode ser oferecida de maneira mais simplificada, sem a necessidade de tais recursos iniciais. Em segundo lugar, há a oferta de cursos de bacharelado em Educação Física na modalidade semipresencial por instituições particulares, direcionados a professores já licenciados na área, com a possibilidade de conclusão de uma matriz curricular em apenas dois semestres. Esses dois cenários refletem estratégias distintas de expansão e adaptação dos cursos de Educação Física às demandas do mercado educacional atual.

De acordo com as informações obtidas do censo da Educação Superior e das estatísticas disponíveis, constatou-se que mais da metade das instituições de ensino superior privadas operam com fins lucrativos (Figura 3). Além disso, ao considerar as instituições privadas sem fins lucrativos, esse índice aumenta para 87,9% do total.

Figura 3- Percentual do número de instituições de educação superior, por categoria



Fonte: BRASIL, 2022.

Em relação ao total de ingressantes no nível superior, houve um aumento entre 2021 e 2022, ocasionado principalmente pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 25,2% nesse período; nos cursos presenciais, houve um acréscimo de 12,9%.

No intervalo de 2012 a 2022, o número de ingressos variou negativamente -24,9% nos cursos de graduação presencial, enquanto nos cursos à distância aumentou 471,4%. A participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2012 era de 19,8%, enquanto em 2022 foi de 65,2% (BRASIL, 2022).

Observou-se um aumento significativo no número de ingressantes no ensino superior, com crescimento de 20,6% em comparação a 2021. Especificamente na rede pública, houve um aumento de 6,8% no número de ingressantes entre os anos de 2021 e 2022. Já na rede privada, a tendência de expansão continuou, com uma variação positiva de 22,5% no número de ingressantes no mesmo período. Esses dados destacam os movimentos distintos de crescimento nas redes pública e privada de ensino superior no Brasil (BRASIL, 2022).

Em relação às matrículas no curso de Educação Física no Ensino Superior, foram identificadas através do censo, 171.710, ficando em 7º lugar no ranking de maiores cursos superiores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotou uma metodologia de revisão bibliográfica de natureza básica e abordagem qualitativa. No período de janeiro a maio de 2024, foi realizado um levantamento de informações disponíveis nos bancos de dados científicos, Google Acadêmico e à base de dados da SciELO Brasil, focando especificamente no tema em questão.

Para um estudo mais aprofundado, foram selecionados três artigos principais: "A prática como componente curricular na formação inicial de professores de Educação Física" de Bisconsini e Oliveira (2018); "Desafios do Ensino Superior em Educação Física: Considerações sobre a Política de Avaliação de Cursos" de Ana Lúcia Padrão dos Santos e Antonio Carlos Simoes (2008); "Educação física no ensino superior: uma prática ressignificada como conteúdo acadêmico" de Rodrigues (2016), para auxílio nas informações e base de conhecimentos. Além disso, outras fontes relevantes, como livros e publicações, foram consultadas para ampliar a base de conhecimento sobre o tema em questão.

Além desses artigos, foram consultadas leis, regulamentos e recursos disponíveis nos sites do Ministério da Educação, como o INEP, para complementar as informações e fornecer uma base normativa ao estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após os estudos, observou-se que os cursos de Educação Física no Brasil estão em amplo avanço de participação, principalmente em relação aos cursos à distância e faculdades particulares.

Destaca-se que a regulamentação dos cursos de Educação Física através da aprovação da Lei 14.386, de 27 de junho de 2022 foi um avanço para a possível melhoria dos cursos de Educação Física no Brasil, em busca de melhor organização dos conteúdos, regularização das Instituições, normas padrões, direitos e deveres de todos os envolvidos nas relações de execução dos cursos de Educação Física no Brasil.

A formação em Educação Física, de acordo com a mais recente Diretriz Curricular Nacional para o curso (Resolução CNE/CES Nº 06, de 18 de dezembro de 2018), possuem uma base comum, com conteúdo diversos e após o 4º semestre o aluno deve escolher a parte específica a seguir, se será um profissional bacharel ou seguir na licenciatura, alguns oferecem a possibilidade de escolher uma ênfase específica, como Educação Física Escolar, Treinamento Esportivo, Atividade Física Adaptada, Lazer e Recreação, entre outras, dependendo da instituição de ensino.

A revisão dos artigos de Santos e Simões (2008), de Bisconsini e Oliveira (2018), e Barreiro e Gebran (2006), revela insights valiosos sobre o panorama dos cursos de Educação Física no Brasil. A seguir, são apresentados os principais resultados e uma discussão crítica sobre os achados.

1. Crescimento e Desafios dos Cursos de Educação Física:

O aumento expressivo dos cursos de Educação Física entre 1991 e 2015, com destaque para o setor privado, indica uma expansão significativa na oferta educacional. A legislação brasileira, especialmente a LDBEN, desempenhou um papel fundamental nesse crescimento, proporcionando maior autonomia às instituições privadas e permitindo a criação de cursos conforme a demanda do mercado. No entanto, essa expansão apresenta desafios, como a necessidade de garantir a qualidade dos cursos oferecidos e a uniformidade no cumprimento das diretrizes curriculares.

2. A Importância da Prática como Componente Curricular:

O estudo de Bisconsini e Oliveira (2018) destaca uma lacuna significativa na inclusão da prática como componente curricular na formação inicial dos professores de Educação Física. Os discentes relataram a ausência de atividades práticas durante

o curso, evidenciando a necessidade de integração dessas práticas desde o início da graduação. A prática curricular não apenas promove os saberes docentes, mas também contribui para a formação da identidade profissional dos futuros professores.

3. Resignificação da Prática no Ensino Superior:

Barreiro e Gebran (2006) argumentam que a prática no ensino superior de Educação Física deve ser ressignificada, indo além de uma mera burocratização. Os estágios supervisionados, regulamentados pela Lei nº 11.788/2008, são cruciais para a formação profissional, mas devem ser estruturados de forma a incentivar a pesquisa científica e o aprimoramento profissional. A prática deve fomentar uma análise crítica do contexto escolar e dos processos pedagógicos, preparando os estudantes para enfrentar as realidades e desafios da profissão.

4. Expansão da Educação a Distância:

A análise dos dados do Censo da Educação Superior indica uma crescente preferência pela modalidade a distância, que apresentou um aumento de 471,4% entre 2012 e 2022. Essa tendência reflete a necessidade de flexibilização do ensino superior para atender a um público mais amplo e diversificado. A expansão dos cursos a distância também implica desafios, como a manutenção da qualidade educacional e a garantia de que os alunos recebam uma formação prática adequada.

5. Regulamentação e Inclusão de Novos Profissionais:

A criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, conforme a Lei 14.386, trouxe uma estrutura mais organizada e regulamentada para a profissão. Além disso, a inclusão de tecnólogos em Educação Física e Gestão Desportiva em Lazer ampliou o escopo dos cursos e das possibilidades profissionais, atendendo às novas demandas do mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática revelou que os cursos de Educação Física no Ensino Superior Brasileiro têm avançado significativamente, mas ainda enfrentam desafios importantes. A regulamentação e as diretrizes curriculares têm papel fundamental na estruturação dos cursos, enquanto a prática e os estágios precisam ser aprimorados para garantir uma formação completa e crítica dos profissionais. A expansão dos cursos, especialmente na modalidade a distância, requer atenção contínua para assegurar a qualidade da educação oferecida.

. A ênfase na integração entre teoria e prática, evidenciada pela carga horária dedicada ao estágio supervisionado e à articulação entre formação inicial e continuada, reflete o esforço em proporcionar aos estudantes uma experiência educacional abrangente e alinhada com as demandas do mercado de trabalho.

No entanto, os desafios persistem, especialmente no que diz respeito à qualidade e à diversidade dos cursos oferecidos, à necessidade de aprimoramento das práticas de estágio e à garantia da autonomia e valorização dos profissionais de Educação Física.

Este estudo contribui para uma compreensão mais ampla do panorama atual dos cursos de Educação Física no Ensino Superior Brasileiro, destacando a importância de políticas educacionais eficazes e de uma constante reflexão sobre as práticas pedagógicas e curriculares. A partir dessa análise, é possível vislumbrar caminhos para o aprimoramento contínuo da formação profissional nessa área, promovendo uma educação de qualidade e o desenvolvimento integral dos indivíduos e da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Ed. Avercamp, 2006.

BISCONSINI, Camila R. OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli de. **A prática como componente curricular na formação inicial de professores de Educação Física**.

Artigos Originais • Movimento 24 (2) • Apr-Jun 2018 Disponível em

<<https://doi.org/10.22456/1982-8918.76705>> acesso em 02 de abril de 2024.

BRASIL, **Lei nº 14.386, de 27 de junho de 2022**. Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física. Disponível em < <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.386-de-27-de-junho-de-2022-410709826>> acesso em 14 de abril de 2024.

BRASIL. **Censo da Educação Superior**: Notas estatísticas educacionais. Diretoria de Estatísticas Educacionais- DEED. Brasília, DF, 2023. Disponível em < C:/Users/Raimundo%20Neto/Downloads/siteABMES-notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf> acesso em 13 de abril de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: Acesso em: 14 de abril de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES Nº 06, de 18 de dezembro de 2018**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 11.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. disponível em < <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file#:~:text=de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica.-,Art.,o%20desenvolvimento%20de%20atividades%20acad%C3%A1micas>> acesso em 02 de abril de 2024.

BROCH, Caroline; TEIXEIRA, Fabiane C.; SOUZA, Juliano de; RINALDI, Leda P. B. **A expansão da educação física no ensino superior brasileiro**. Scielo Brasil,

Artigo Original • J. Phys. Educ. 31, 2020. Disponível

em < <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v31i1.3143> > acesso em 13 de abril de 2024.

Freitas, R. G. de, Oliveira, M. R. F. de, & Coelho, H. R. (2019). Recentes Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Educação Física e disruptura na formação: apontamentos preliminares. *Caderno de Educação Física e Esporte: Physical Education and Sport Journal*, 17(1), 245-253.

Rodrigues, R. (2016). **Educação física no ensino superior:** uma prática ressignificada como conteúdo acadêmico. *Arquivo Brasileiro De Educação*, 3(5), 48-61. <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2015v3n5p48>.

SANTOS, Ana Lúcia P.; SIMÕES, Antonio Carlos. **Desafios do ensino superior em educação física:** considerações sobre a política de avaliação de cursos. Disponível em < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/FCDYSGyCTXZ8PKsx6KKzZh/?format=pdf&lang=pt> > acesso em 10 de abril de 2024.